# Calabi espera que BIRD aprove programas de ajustamento até abril

por Paulo Sotero
de Washington

O secretário geral da Secretaria do Planejamento (Seplan), Andréa Calabi, que encerrou ontem uma visita de quatro dias a Washington, espera que o Banco Mundial aprove até abril os dois maiores programas de ajustamento setorial propostos pelo Brasil para o exercício fiscal 1985/1986, num total de US$ 850 milhões. Os dois projetos, um o setor elétrico e outro na área agrícola, representam praticamente metade dos empréstimos que o Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) fará ao Brasil neste ano. Segundo o chefe da Secretaria Internacional, embaixador Luís Felipe Lampreia, que acompanhou Calabi aos EUA, estão também adiantadas as negociações sobre um conjunto de quatro projetos para o Nordeste, nas áreas de educação, irrigação, apoio ao pequeno agricultor e desenvolvimento da região metropolitana de Salvador, num total de US$ 600 milhões. Somados mais alguns projetos menores que estão sendo considerados, a carteira brasileira do BIRD terá entre US$ 1,5 bilhão e US$ 1,8 bilhão em junho, quando se encerrará o ano fiscal do banco.

"A importância da aprovação dos programas setoriais", disse Lampreia, "é que eles são empréstimos de desembolso rápido, que o País receberá ainda no decorrer de 1986." Um dos projetos, de US$ 400 milhões, destina-se à capitalização da Eletrobrás, que está sendo asfixiada financeira e operacionalmente por sua dívida externa de US$ 14 bilhões. No papel, a idéia é de que este programa servirá também como alavanca para a captação de mais algumas centenas de milhões de dólares em recursos adicionais dos bancos comerciais, através de um esquema de co-financiamento. O próprio Lampreia reconhece, contudo, que é pequeno o espaço para progresso nessa área, pois a obtenção desses empréstimos depende, antes, do acerto da dívida.

O outro programa setorial, no valor de US$ 450 milhões, servirá de suporte para mudanças na política agrícola. De acordo com os funcionários brasileiros, a resistência do País em fazer um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) não está afetando as relações do Brasil com o Banco Mundial. Mas é certo que, durante as conversas que tiveram, os técnicos do BIRD manifestaram-lhes suas reservas sobre o programa econômico do governo, principalmente na área do controle da inflação.

De acordo com Lampreia, o Banco Munidal (BIRD) deverá desembolsar cerca de US$ 1,2 bilhão para o Brasil e o País terá de pagar, de volta, pouco mais de US$ 700 milhões ao banco.

QC A situação não é a mesma no Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). No ano passado, o Brasil pagou em cota de capitalização, amortização de empréstimos e juros US$ 15 milhões a mais do que recebeu do banco.

Andréa Sandro Calab

Esse fato foi lembrado por Calabi durante a reunião, na segunda-feira, com o secretário adjunto do Tesouro para Assuntos Internacionais, David Mulford, e representantes dos governos do México, Venezuela e da Argentina, que formam, com o Brasil, o chamado "Grupo A" entre os países endividados. A reunião, que se realizou no Departamento do Tesouro, foi feita por iniciativa dos Estados Unidos para debater o papel do BID à luz do Plano Baker. O plano de estabilização da dívida externa da América Latina, apresentado em outubro passado pelo secretário do Tesouro americano, James Baker III, prevê a canalização de US$ 9 bilhões em três anos aos bancos internacionais de desenvolvimento.

Obviamente, o governo americano deseja que, junto com o reforço de seu capital, o BID tenha seu papel ampliado e enverede pelo caminho que já está sendo trilhado pelo Banco Mundial, uma instituição que hoje dá maior ênfase a programas setoriais, que envolvem maiores condicionalidades, em detrimento dos empréstimos baseados nos projetos específicos que prevaleceram no passado.

Do ponto de vista do governo americano, essa alteração de rumo implica mudanças internas na operação e no processo de decisão do banco, de modo a dar a Washington um maior grau de controle do BID.

**SETORES**

Segundo Lampreia, o Brasil nada tem contra dar ênfase a programas setoriais no BID. Mas preocupa-se com questões mais práticas, como o limite anual de US$ 250 milhões que o banco atualmente observa para os desembolsos aos países do Grupo A. Esse limite fez com que o Brasil enviasse mais dinheiro ao BID do que recebeu, no ano passado. Os quatro representantes latino-americanos preparam-se para a conversa com Mulford, num encontro realizado na Embaixada do Brasil em Washington, no domingo, e, segundo Lampreia, apresentarão uma posição unificada.

O encontro da segunda-feira não teve resultados concretos, mas serviu como ensaio para a reunião anual do BID, que se realizará em março, na Costa Rica. O desejo de Washington é que, nessa reunião, a discussão do Plano Baker sirva como moldura para a negociação de uma nova reposição de capital do BID, por quatro anos. Essa negociação deve ser concluída até o fim deste ano.